

SÔBRE OS USOS E ABUSOS DA TEORIA ECONÔMICA¹

WERNER BAER *

Depois de terminar um pós-graduação em Economia, seria oportuno que todo estudante refletisse sôbre o que aprendeu.

Em geral, devotou parte considerável de seu tempo tentando dominar os vários conceitos da teoria econômica (não sômente nos cursos de teoria pura, como também nos de Finanças Públicas e Comércio Internacional) e os diversos instrumentais da inferência estatística. Estou absolutamente convencido de que a teoria econômica deveria ser o centro de qualquer programa de pós-graduação. É que ela ensina ao aluno a raciocinar de modo organizado e rigoroso sôbre os problemas econômicos, capacita-o a encontrar as relações micro e macroeconômicas que o permitirão entender melhor o funcionamento da economia, o que lhe possibilitará formular as políticas que alcancem com mais eficiência os resultados desejados, além de habilitá-lo, quando combinada com os instrumentos fornecidos pela inferência estatística a extrapolar as tendências atuais. Em que pêsse tal utilidade da teoria, é, para o estudante, um exercício saudável assumir por vêzes uma posição de crítica em relação a êsse bloco de teoria econômica com que se viu lutando.

1 Este artigo inspira-se na oração proferida pelo autor, ao paraninfar a turma de pós-graduação do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de São Paulo, em 16 de dezembro de 1967.

* Da Universidade de Vanderbilt.

A DIFICULDADE INTELECTUAL DE REEXAMINAR A TEORIA

Não é tarefa fácil, para o estudante-noviço, assumir uma atitude de crítica frente à teoria econômica. Embora possa ser motivo de orgulho exibir aos não iniciados todo um arsenal de sofisticados instrumentos e modelos analíticos, deve-se, no entanto, considerar que este bloco de teoria incorpora uma enorme quantidade de capital intelectual. Tais modelos são claros e sóbrios, o que os faz brilhar, quando contrapostos às construções analíticas muito mais intrincadas das outras ciências sociais.

Solucionar um modelo de equilíbrio geral ou formular um novo modelo de crescimento, segundo as linhas do de Harrod-Domar, introduzindo alguns refinamentos novos, pareceria intelectualmente mais fascinante e útil do que os esforços do experto em ciência política em entender o mecanismo das decisões políticas numa comunidade ou organismo governamental.

Pôr em dúvida a veracidade de algumas das hipóteses em que se baseiam as construções teóricas, é correr o risco de ter que lançar ao mar algumas delas. Isso, naturalmente, é doloroso. Requer que se reexaminem os problemas, reexame esse a que as pessoas intelectualmente menos seguras prefeririam furtar-se e que amedronta as que receiam ser tidas por eternos inconformistas. Mas, se durante uma geração prevalecer a atitude de aceitar sem discussões a teoria econômica existente, nada se fazendo senão embelezar o que já existe, essa teoria poderá tornar-se uma camisa-de-fôrça intelectual que tolherá a profissão, impedindo-a de fazer qualquer trabalho de importância social.

Cabe citar aqui uma observação análoga feita por Joan Robinson.² Diz ela: "O progresso é lento, em parte por simples inércia intelectual. Num assunto em que não há unanimidade de opinião, quanto ao processo de escoimar os erros, as doutrinas têm vida longa. Um professor ensina o que lhe foi ensinado e os alunos, com o respeito e a reverência que devem aos mestres, erigem um muro de resistência aos críticos tão somente pelo fato de terem sido seus alunos."

2 ROBINSON, Joan — *Economic Philosophy: An Essay on the Progress of Economic Thought* — New York Anchor Books, Doubleday Company, Inc., 1964, p. 81.

EXEMPLO DAS ÁREAS QUE MERECEM REEXAME

Seja-me lícito dar alguns exemplos do tipo de reexame que cumpriria fôsse sempre efetuado. Todo estudante americano que frequenta um curso de pós-graduação estuda as teorias de mercado. Ensina-mos-lhe como se formam os preços e se tomam as decisões de produção nos diversos mercados: o da concorrência perfeita, o do monopólio e dos oligopólios. É isso que ensinarão aos *undergraduates* quando lhes forem ministras as aulas.

John K. Galbraith afirmou com inteira razão, em seu livro mais recente,³ que as teorias em voga sobre os mercados dão-nos a conhecer muito pouco do que realmente ocorre em grandes áreas da economia americana. A maioria das indústrias líderes acha-se dominada por um punhado de empresas gigantescas com interesses, não raro diversificados, onde propriedade e administração encontram-se em mãos diferentes. O que norteia essas instituições não é necessariamente a maximização do lucro. A política de uma grande empresa, face aos preços dos produtos, às relações com os empregados, às inovações, à pesquisa, etc., é o resultado de um complexo de forças que atuam na intimidade de sua aparelhagem burocrática.

Pouco sabem os economistas acerca do funcionamento das empresas gigantes; provavelmente terão de usar novos instrumentos (tomados aos sociólogos e especialistas em ciências políticas ou utilizados num trabalho de conjunto com eles) para analisar-lhes o comportamento. Em outras palavras, urge que os economistas encontrem novos métodos de análise dos processos de tomada de decisões geradas no seio das grandes empresas privadas. Os *insights* que se ganharão com essa experiência levar-nos-ão, provavelmente a introduzir modificações substanciais nas teorias do mercado existentes hoje em dia. A insistência em seguir os modelos antigos, limitando a pesquisa de campo a medir o grau de concentração do mercado, o comportamento dos preços e outras "evidências externas", pouco nos dirá sobre o processo de distribuição dos recursos econômicos em numerosos setores da economia americana. O resultado positivo dessa nova maneira de abordar o problema será talvez o pôr de lado alguns dos mode-

3 GALBRAITH, J. K. — *The New Industrial State*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1967.

los, elegantes mas simplistas, substituindo-os por outros mais complexos, porém mais realistas.

O estudante, em geral, acaba o curso teórico aceitando como dogma o princípio de que a distribuição mais eficiente dos recursos econômicos somente poderá ser obtida na ausência de intervencionismo. Esquece-se, não raro, de examinar a distribuição da renda, que pode não lhe aprazer moralmente. Se ela fôr muito desigual, o estudante talvez não aceite a maneira como o mercado funciona no contexto existente, vale dizer, talvez rejeite a maneira como a soberania do consumidor, que dita ao mercado as regras da distribuição dos recursos econômicos, acha-se repartida entre as diversas famílias.

Acresce que há um ponto ainda mais grave, a que o estudante da teoria econômica rara vez terá dado alguns momentos de reflexão: o da relevância da soberania do consumidor numa situação diversa. Ainda que a distribuição da renda num país menos desenvolvido seja razoavelmente igualitária, que haverá de bom na soberania do consumidor, se a maioria dêles fôr analfabeta ou tiver um grau de instrução muito baixo? Se, por outro lado, incentivarmos a desigualdade da distribuição das rendas num país menos desenvolvido, no propósito de maximizar as poupanças e investimentos, o mercado levará êsse desejo na devida conta? Isto é, a desigualdade da distribuição das rendas resultará, necessariamente, em investimentos que elevem a capacidade produtiva do país? Possivelmente. Mas se a maioria que controla grande parte dos recursos econômicos não fôr o tipo de empresário parcimonioso que esperávamos encontrar, haverá outra alternativa, além da intervenção? Os russos, naturalmente, chegaram a êsses problemas partindo do pólo oposto.

Tendo a sociedade atingido um certo nível de educação e produção, a ausência de um mercado que assinala o que se deve produzir é um entrave para o planejador. Essas questões, já familiares, demonstram que muitos dos axiomas da teoria econômica não são tão gerais. A utilidade ou perniciosidade da soberania do consumidor, assim como de toda a superestrutura analítica que repousa sobre ela, dependem das circunstâncias de tempo e lugar que circundam os fenômenos para cuja análise a aplicamos.

Nosso domínio sobre as fórmulas da maximização nos ofusca muitas vezes a ponto de não nos deixar perceber a incapacidade de elaborar planos realísticos de desenvolvimento. De posse de determinados dados

informativos de uma economia, constroem-se, freqüentemente, planos de desenvolvimento que maximizam a taxa de crescimento, ou seja, que fazem com que os recursos econômicos sejam distribuídos de sorte que se obtenha a maximização. Os economistas raramente preocupam-se com análises institucionais, isto é, em estudar os organismos onde se formulam as decisões e as estruturas de poder, que vigoram nos vários setores da economia e nas repartições burocráticas governamentais, para terem uma idéia da capacidade do governo de *implementar* o plano recomendado. Fôssem os economistas mais modestos ou imaginativos e, possivelmente, solicitariam a cooperação de cientistas políticos e sociólogos, a fim de terem uma idéia correta dessa importante variável ou "condição lateral", denominada de "capacidade de implementar um plano". Muitas autoridades da alta hierarquia governamental estão, naturalmente, bem a par das limitações ou inocuidades dos elegantes modelos de planejamento. Não obstante, contratarão cínicamente economistas para lhes prepararem um dêles. Têm-nos na conta, então, de ensaios eruditos que ocuparão lugar de destaque nos documentos submetidos à apreciação das organizações internacionais a que solicitam financiamento.

Grande parte dos economistas profissionais tem por axioma que a tarefa primordial do economista é encontrar a maneira mais eficiente de distribuir os recursos econômicos. Embora não recomende que despreze-mos essa tarefa, não seria inútil duvidarmos, vez por outra, que o axioma caiba, sejam quais forem as ocasiões. O melhor exemplo é o do economis-ta que opera na área da economia do desenvolvimento.

Um dos passatempos favoritos de alguns grupos de economistas é criticar a política dos países em desenvolvimento, que se industrializaram nos últimos 15 a 20 anos. Muitos dêsses países seguiram programas de industrialização de bens substitutivos que visavam pouco mais ou menos alcançar a auto-suficiência. Em outras palavras, não escolheram apenas as indústrias em que tinham, real ou potencialmente, vantagens comparati-vas. Os críticos lamentam as oportunidades perdidas. Dirão que, já que o objetivo dêsses países eram maximizar a taxa de crescimento, teria sido preferível colocar seus recursos em setores como os da modernização da agricultura e construção de indústrias leves (têxteis e alimentícias), onde lhes estava ao alcance atingir um grau de eficiência relativamente elevado.

Naturalmente, pode-se defender a política de auto-suficiência do passado com base na morosidade do crescimento do mercado mundial dos

produtos agrícolas e nas barreiras protecionistas que os países desenvolvidos levantavam às importações de manufaturas provenientes das regiões recém-industrializadas. A eficiência é apenas um lado da moeda; a outra, de igual importância, é a demanda. Talvez fôsse útil aos economistas refletirem sobre uma outra possível defesa da auto-suficiência: a que repousa na noção da “modernização”. Reconheço que o conceito é intrincado e difícil de definir. No que concerne à argumentação, porém, seja-me lícito definir a “modernização da sociedade” como o processo que transforma os hábitos da população, incentiva a mobilização social, dá caráter profissional às instituições, fazendo com que o sistema do mérito acabe por prevalecer. O responsável pela política em questão poderia argumentar que seu objetivo a médio e curto prazos não era a maximização do crescimento mas a modernização.⁴ Objetaria que, ainda quando existisse demanda interna e externa dos produtos tradicionais, não haveria maiores esperanças de um crescimento baseado no desenvolvimento dos setores tradicionais (vale dizer agricultura e indústria leve)⁵ transformar a sociedade.

Quem quer que deseje transformar radicalmente os hábitos e atitudes, tanto da população como das instituições, talvez desespere de obter o que almeja através da expansão dos setores tradicionais.

Que utilidade terá uma alta taxa de crescimento se os elevados incrementos do produto nacional não puderam ser efetivamente absorvidos? O responsável pela política econômica poderá dizer que a agricultura e indústrias tradicionais são os alicerces de estruturas sociais que não se destinam a fazer uso efetivo de um aumento do produto nacional.

Objetando-se-lhe que o governo sempre poderá tomar as providências devidas para que o incremento do produto nacional seja efetivamente utilizado, retrucará que o crescimento baseado nos setores tradicionais cria ou fortalece grupos de poder social e econômico cujos interesses adquiridos advogam a manutenção do *status quo*, grupos esses que limitarão o número de alternativas pelas quais o governo pode optar. Por outro lado, o desenvolvimento das indústrias mais complexas, produtoras de aço, auto-

4 Na verdade, há livros-textos sobre Desenvolvimento Econômico que falam, nos capítulos introdutórios, em outros objetivos além do crescimento, que são, no entanto, logo esquecidos.

5 Existe, na América Latina, há muitas décadas, uma indústria leve representada por empresas produtoras de alimentos e tecidos; são, não raro, hartos ineficientes. Acresce que se acham sob controle de grupo de famílias tradicionais, o que lhes dificulta a modernização a curto prazo.

móveis, bens de capital etc., talvez tenha um impacto modernizador a curto prazo mais acentuado, em que pêsse o fato de levarem mais tempo a se tornarem relativamente eficientes. O desenvolvimento dessas indústrias requer um planejamento global profundo da infra-estrutura por parte do Estado, impondo, além disso, à sociedade, um padrão de comportamento empresarial muito diferente do existente no passado. Por exemplo, ter-se-á forçosamente, no caso, de alcançar um alto grau de profissionalização do quadro administrativo, o que provocará uma mudança de atitudes no tocante ao recrutamento e promoção do pessoal. Um grande complexo industrial força o empresário a fazer previsões; terá, no caso, de planejar a aquisição de estoques, a fim de evitar estrangulamento da produção, etc. As empresas existentes nos grandes complexos industriais precisam treinar pessoal para as diferentes atividades que exercerão; terão, pois, de ter uma política de pessoal que mantenha o moral de seus empregados em nível elevado, visto como uma alta rotatividade da mão-de-obra, cujo treinamento é fornecido pela empresa, lhe sai insuportavelmente dispendiosa. Além disso é natural que a concentração da mão-de-obra facilite-lhe a organização, o que lhe dá condições de exigir uma justa participação nos lucros das empresas. Acresce que as operações industriais de grande porte exigem, de regra, financiamento de terceiros, o que obriga os empresários a trabalhar com mais disciplina, já que terão de prestar contas de seus atos.

Em outras palavras, o responsável pela política econômica que favoreça o desenvolvimento de indústrias complexas, que não tenham necessariamente possibilidades de se tornarem eficientes a curto prazo, pode defender-lhes a criação sob o argumento de que favorecem a “modernização” do país: alteram o modo de viver e trabalhar de uma parte importante da sociedade. Uma vista de olhos sobre os parágrafos iniciais dos *Princípios...* de A. Marshall, faz-nos ver que êsse tipo de raciocínio é muito antigo. Diz Marshall, por exemplo: “... o negócio que é o ganho de uma pessoa ocupa-lhe, em geral, o pensamento durante as melhores horas de seu cérebro; é nesse espaço de tempo que se lhe forma o caráter, seja pelo modo como se utiliza de suas faculdades no trabalho, seja pelos sentimentos e idéias que êste lhe inspira, ou pelas relações que mantêm com seus sócios, empregados e empregadores.”⁶

6 MARSHALL, Alfred — *Principles of Economics*, 9.^a (variorum) ed., anotada por C. W. Gillebaud, vol. I, Macmillan Co., para a Royal Economic Society, 1961, Livro I, cap. 1, p. 1-2.

Se a defesa da causa, feita nos moldes do que ficou acima dito, convencer; se o objetivo do planejador fôr antes a modernização do país do que a maximização a curto prazo de sua taxa de crescimento, os economistas terão talvez que reformular o instrumental de que se utilizam para elaborar programas de desenvolvimento e modificar os critérios para avaliar-lhes o bom sucesso. O perigo, segundo alguns, será o de que deveremos abandonar os métodos simples e elegantes utilizados para formular a distribuição mais eficiente dos recursos econômicos. Mas quem atacar tal ponto de vista, sob o fundamento de que levar em conta o objetivo da modernização é invadir seara alheia ao economista, dificilmente estará pisando em terra firme. Quando, de há muito, interessamo-nos pela teoria da produção, invadimos um campo que poderia legitimamente ser reivindicado pelo engenheiro como de sua alçada. Nossa desculpa por invadir-lhe a esfera foi a de que não procurava as respostas que interessavam ao economista curioso por conhecer mais a fundo o comportamento da empresa e do mercado. Nossas escusas, agora, para invadir o campo das disciplinas vizinhas, sociologia e ciência política, é a de que elas podem esclarecer muitas das facetas dos problemas econômicos existentes no campo do desenvolvimento ou, como dito acima, na análise do comportamento de mercado das grandes empresas. O que dinamiza e dá relevância a qualquer disciplina é seu constante progresso no sentido de manipular melhor os problemas com que lida.

A TEORIA E OS GRUPOS DE INTERESSE

Em economia, um belo modelo teórico não é apenas um deleite para os economistas objetivos. É, freqüentemente, um instrumento útil para justificar a posição de grupos de interesses adquiridos. O exemplo clássico é, sem dúvida, o do uso que as classes industriais da Inglaterra do século XIX fizeram da teoria ricardiana do desenvolvimento, assim como da teoria da vantagem comparativa. Muitas vão ao ponto de afirmar que Ricardo construiu seu instrumental analítico para justificar a pressão das classes industriais em favor da abolição do protecionismo das *Corn Laws*. A rejeição de uma teoria que advogasse o livre câmbio encontrava apoio nos interesses da Alemanha e dos EUA do século XIX. Por isso mesmo, os escritos de List e Hamilton justificam o protecionismo, abandonando as teorias da liberdade do comércio internacional, pondo em dúvida as hipóteses em que se estribam e apontando-lhes a natureza estática. No

entanto, nos meados do século XX, muitos políticos americanos tomavam a defesa do livre câmbio, visto que poderia trazer lucros aos grupos que representavam.

Um govêrno, que por vários motivos não consegue evitar uma alta taxa inflacionária, apelará, naturalmente, para várias concepções teóricas que o ajudem a justificar seu comportamento, ou então, encontrará argumentos para afirmar que se encontra frente a opção, crescimento ou estabilização. E, se tiver havido realmente crescimento, agarrar-se-á a qualquer tipo de modelo de poupança forçada. Quem estabiliza a economia, ao ver-se a braços com a depressão, procurará justificar-se invocando todos os males das distorções de preços provocadas pela inflação que acabarão, finalmente, por frear o crescimento saudável, provando, assim, a si mesmo, que está limpando o caminho para um crescimento futuro mais alto.⁷

Creio, por vêzes, que nossa profissão desviou-se para um rumo análogo ao dos bacharéis em direito. Um acadêmico de direito justifica seus estudos alegando que está em busca do "ideal de justiça": Sem lei, não há justiça na sociedade. No entanto, colado o grau, e começando a exercer a profissão, suas tarefas limitam-se a ganhar causas para os clientes. Procura usar o que aprendeu para servi-los da melhor maneira possível. Não mais lhe interessa saber se as causas que defende servem à justiça. É o que fazem, com freqüência, os economistas que trabalham para as empresas privadas, os governos e certas organizações internacionais. Pagam-lhes para que usem o instrumental analítico e os dados estatísticos de maneira a servir os interesses dos clientes. A procura da verdade pela verdade passa, necessariamente, a segundo plano.⁸ Não se veja nessas palavras condenação aos colegas ou estudantes que no futuro se dedicarem a essas atividades. São, no entanto, um argumento em prol da instituição, em todos os países, de centros de pesquisas onde se pesquisa por amor à pesquisa, vale dizer, para adquirir, se possível, conhecimentos mais objetivos de uma dada sociedade. São, também, um apêlo aos que trabalham para servir os grupos de interesse, que guardem o sentido da proporção e não venham, entre seus colegas, fingir objetividade.

⁷ O leitor interessado numa análise mais acabada dos debates sobre a inflação deverá ler do autor *The Inflation Controversy in Latin America: A Survey*. In: *Latin American Research Review*, 1967.

⁸ O comentário, é óbvio, não cabe necessariamente, em se tratando dos numerosos economistas que se dedicam a elaborar simples projeções da demanda para as empresas, ou que apenas recolhem informações destinadas a alicerçar as decisões dos empresários.

A OBJETIVIDADE DA PESQUISA EXPERIMENTAL

Infelizmente, até nos centros de estudos e pesquisa, onde não se trabalha para servir a qualquer grupo determinado de interesses, é difícil haver pesquisa realmente objetiva. A primeira vista, o pesquisador que analisa os orçamentos familiares, a fim de determinar as várias elasticidades-renda da procura, o que se dedica à formulação de projeções da demanda de determinados produtos, o que manipula os instrumentos da inferência estatística para mensurar as reações dos preços dos produtos agrícolas ou a influência da oferta de moeda sobre o nível geral dos preços e o que tenta estimar o impacto das economias de escala sobre as várias indústrias, etc., estranharão a afirmativa. Todos se consideram acima dos economistas polêmicos que não lidam com dados numéricos; todos cuidam estar na alta esfera do reino da ciência, acima das águas turvas da ideologia.

O que o pesquisador experimental esquece, ou muitas vezes não percebe, é que a escolha em si de um tópico de pesquisa freqüentemente implica distorção ideológica. Quem quer que estude orçamentos familiares, no propósito de elaborar projeções de demanda, faz um julgamento de valores acerca das distribuições da renda e nível de educação entre as diversas classes de renda (já que influenciam o tipo de comportamento de cada grupo de famílias), vale dizer, aceita-as. O economista que elabora uma projeção de demanda de um produto específico está, implicitamente, aceitando a estrutura da renda subjacente às tendências em que baseia a projeção. Quem faz estudos experimentais da reação dos preços agrícolas não se preocupa com a distribuição da renda que está no cerne da estrutura da demanda dos referidos produtos. Aceita-a, implicitamente, não se preocupando senão com o fato de existir ou não uma sensibilidade adequada às flutuações da demanda. Quem se preocupa com a relação entre a distribuição da propriedade e a da renda do setor agrícola, e a estuda não se interessa pela eficiência do setor agrícola em reagir adequadamente às necessidades do setor urbano; em certos casos, uma distribuição mais equitativa da propriedade agrária pode tornar os preços pouco flexíveis. O grupo que estima a renda nacional faz julgamento de valores quando inclui ou exclui certos itens ou quando dá ponderações distintas aos diversos produtos que entram na composição do produto real.

Joan Robinson resumiu concisa e precisamente o dilema da pesquisa econômica objetiva e a dificuldade de fugirmos a julgamentos implícitos de valor.

Diz ela: "Tomando-se um determinado sistema econômico como dado, podemos descrever-lhe os aspectos técnicos de funcionamento de maneira objetiva. Não é, porém, possível descrever um sistema sem que se introduzam, na descrição, julgamentos morais. Isso porque, olhar para um sistema de fora implica reconhecer que não é o único possível; ao descrevê-lo, comparámo-lo (tácita ou francamente) com outros, reais ou imaginários. Diferença importa escolha; escolha implica julgamento. Não nos podemos furtar a julgar; e os julgamentos que fazemos nascem dos preconceitos éticos que nos impregnaram a maneira de encarar a vida e estão de certa forma impressos em nosso cérebro. Não podemos nos descartar dos nossos hábitos de pensar".⁹

CONCLUSÃO

Aceitas muitas das recomendações que fiz acima, provavelmente os economistas entrarão a discutir acaloradamente. Isso é saudável. Há quem acredite que o progresso nasce da minimização das controvérsias e que tudo vai bem quando nos limitamos a discutir amigavelmente se o hiato a ser dado a uma variável, para que seus efeitos comecem a se fazer sentir, deva ser de seis ou doze meses. Minha opinião sincera é a de que se obteriam maiores progressos e *insights* se a controvérsia versasse sobre questões básicas. A revolução keynesiana não resultou de uma conversa inofensiva numa *Common Room* de Cambridge. Keynes propositadamente carregou nas côres ao expor sua causa, a fim de chocar os economistas e forçá-los a refletir de novo sobre o funcionamento do sistema econômico. Não aconselho, é evidente, discussões ácidas. Advogo que as diferenças de opinião sobre questões básicas da política econômica e sobre as interpretações das pesquisas experimentais sejam bem marcantes, a fim de que cada qual ou redefina sua posição com nitidez ou mude de opinião. Importa, porém, que os debates não sejam jamais pessoais. Uma discussão acalorada num seminário não é motivo para que os adversários não acabem o dia juntos, numa mesa de chope.

⁹ ROBINSON, Joan, ob. cit.

O leitor de idéias largas já terá entendido que não advogo nem a rejeição de grande parte da teoria econômica nem o desprezo e abandono da pesquisa experimental séria. Apelo apenas, a todos que estão no limiar da carreira da nossa profissão, para que encarem os modelos e instrumentos analíticos com um pouco de bom humor. Não se deve esperar que os teoremas econômicos sejam aprendidos e passados à nova geração como um catecismo. Deve-se esperar que sejam enriquecidos ou transformados ou enriquecidos e transformados à luz de uma realidade que não é sempre a mesma. Não recomendo ao pesquisador que abandone seus esforços; aconselho-o, sim, que veja seu trabalho com olhos mais humildes e tenha menos pretensão de ser "cientista objetivo". Acresce que o pesquisador que se entregar a um reexame de seu trabalho, à luz dos valores implícitos, talvez se decida por outras pesquisas que valham mais a pena de serem feitas, a menos que não tenha outra preocupação além de exibir seu talento acrobático — em manipular os instrumentos da inferência estatística. O apelo mais caloroso, dirijo-o, porém, aos que têm idéias preconcebidas sobre quais devam ser as "áreas legítimas" do economista. Espero que os exemplos dados já terão convencido, pelo menos, a alguns, que é necessário expandir nosso campo de pesquisa, a fim de que possamos enfrentar em pé de igualdade os muitos problemas da economia contemporânea.